

MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS 129.740 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE.(S) : ALLAN BERNARDES DA SILVA
IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO: Trata-se de “*habeas corpus*”, com pedido de medida liminar, **impetrado** contra decisão que, **emanada** do E. Superior Tribunal de Justiça, **acha-se consubstanciada** em acórdão assim ementado:

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. SAÍDAS TEMPORÁRIAS. CONCESSÃO AUTOMÁTICA. DESCABIMENTO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. VIA INADEQUADA.

1. De acordo com a jurisprudência deste Tribunal Superior, é descabida a concessão automática de saídas temporárias pelo Juízo da Execução, devendo cada pedido ser apreciado de forma individualizada.

2. Em recurso especial, via destinada ao debate do direito federal, é inviável a análise da alegação de ofensa aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da duração razoável do processo (arts. 1º, III, e 5º, LXXVIII, da CF), ainda que para fins de prequestionamento.

3. Agravo regimental improvido.”

(REsp 1.525.065-AgRg/RJ, Rel. Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR – grifei)

Busca-se, na presente impetração, “(...) restabelecer a decisão da Vara de Execuções Penais que concedeu ao paciente autorização de saída temporária para fins de visitação à família” (grifei).

Sendo esse o contexto, passo a apreciar a admissibilidade, na espécie, da presente ação de “*habeas corpus*”. E, ao fazê-lo, **observo que, ao prestar** as informações que lhe foram solicitadas, a MMª Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais da comarca do Rio de Janeiro/RJ **noticiou que:**

“(...) em 07/01/2015, concedeu ao paciente a progressão ao regime aberto a ser cumprido em Casa de Albergado.

Segue-se que constou na Transcrição da Ficha Disciplinar, cuja cópia segue em anexo, evasão datada de 12/02/2015. Desta feita, este Juízo, em 30/09/2015, determinou a REGRESSÃO CAUTELAR PARA O REGIME SEMIABERTO, suspendendo a execução até a recaptura do penitente, na forma da decisão que segue anexa.” (grifei)

Esse dado informativo **reveste-se** de inquestionável relevo processual, **pois** evidencia a **inexistência**, no momento da impetração, **do interesse de agir** por parte da autora da presente ação de “*habeas corpus*”, **considerado que já não mais subsistia**, no ajuizamento deste “*writ*”, o constrangimento ilegal alegado nesta impetração (**HC 110.348-MC/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **HC 111.922-MC/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

Sendo assim, e tendo em vista a situação processual registrada **nesta** causa, **não conheço** da presente ação de “*habeas corpus*”, **restando prejudicado**, em consequência, **o exame** do pedido de medida liminar.

Arquivem-se os presentes autos.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator